

## **“Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”: relações de poder na colônia de ingleses no sul da província do Espírito Santo no Oitocentos**

“Space of experience” and “horizon of expectations”: power relations in the English colony in the south of the province of Holy Spirit in the eight hundred

“Espace d'expérience” et “Horizon d'attentes”: les relations de pouvoir dans la colonie de l'anglais dans la région sud de la province de l'Esprit Saint huit cents

Solange Faria Prado\*

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo expor a ideia sobre a relação entre história e tempo por meio das categorias meta-históricas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” desenvolvidas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. A partir dessas categorias, tentaremos analisar e apreender as relações de poder desenvolvidas na região sul da província do Espírito Santo, especificamente no vale do rio Iconha/Piúma, local de instalação da colônia de ingleses cujo mentor foi Thomaz Dutton Junior na segunda metade do Oitocentos.

**Palavras-chave:** Tempo histórico. Reinhart Koselleck. Thomaz Dutton Junior.

### **Abstract**

This article aims to expose the idea about the relationship between history and time through the meta-historical categories "space of experience" and "horizon of expectations" developed by the german historian Reinhart Koselleck. From these categories, we will try to analyze and apprehend the power relations developed in the southern region of the province of Espírito Santo, specifically in the valley of the Iconha / Piuma river, site of installation of the english colony whose mentor was Thomaz Dutton Junior in the second half of the 19th century.

**Keywords:** Historical time. Reinhart Koselleck. Thomaz Dutton Junior.

### **Résumé**

L'article présentée ici vise à exposer l'idée de la relation entre l'histoire et le temps à travers des catégories métahistoriques: “Espace d'expérience” et “Horizon d'attentes” développés par l'historien allemand Reinhart Koselleck. A partir de ces catégories on essayera d'analyser et de saisir les rapports de force développées dans la région sud de la province de l'Esprit Saint, en particulier dans la vallée de la rivière Iconha/Piuma, l'endroit d'installation de la colonie d'anglais dont le mentor était Thomaz Dutton Junior dans la seconde moitié des huit cent.

**Mots-clés:** Temps historique; Reinhart Koselleck; Thomaz Dutton Junior.

---

\* Doutoranda em História Social das Relações Políticas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O futuro, tal como o passado, atrai os homens de hoje, que procuram as suas raízes e a sua identidade.

Jacques Le Goff

Concebida em seus primórdios como propedêutica para um futuro sem os erros do passado, a História passou por diversos regimes de historicidades apoiados na conservação da memória que pesquisadores, pelos vestígios encontrados, a fizeram registrar. Ocupar-se do tempo para os estudiosos da História é de demasiada importância à medida que, em sua ciência, o historiador tem o tempo como uma de suas categorias fundamentais.

Neste artigo, temos por objetivo expor a ideia sobre a relação entre História e o tempo tratada na obra de Reinhart Koselleck (2006), bem como a percepção da aceleração do tempo a partir da Modernidade por meio de duas categorias; “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”. Além disso, procuraremos, utilizando as categorias trabalhadas por Koselleck (2006), apreender a relação entre futuro e passado, desenvolvida nas práticas de poder lapidadas no sul da província do Espírito Santo que tomaram corpo na Colônia de ingleses, cujo mentor foi Thomaz Dutton Junior, inglês de nascimento e de espírito empreendedor.

### **A multiplicidade das concepções sobre o tempo**

Ao estudarmos o tempo e suas dimensões (passado, presente e futuro), podemos apreender muito sobre a maneira de ser, pensar ou viver de uma sociedade. Examinando a História observamos que, em vários grupos sociais, podemos encontrar diferentes concepções sobre o tempo. Assim, tratar do tempo e de suas dimensões constituintes, persistem em muitos debates e reflexões entre filósofos, antropólogos e, também, historiadores.

Em uma abordagem filosófica, G. J. Whitrow (1993), tendo por base as pesquisas de vários antropólogos, apresenta-nos como ao longo da História podemos verificar algumas dessas concepções. Apenas para constar, podemos citar os grupos indo-europeus que buscaram, na natureza, uma maneira de “controlar” o tempo e, ao garantirem certa rotina em seus afazeres cotidianos harmonizando suas atividades, asseguraram a sobrevivência do grupo.

Diferentemente dos indo-europeus, que concebem o tempo de maneira linear numa sequência de ontem, hoje e amanhã, para os Azandes, grupo do sudeste do Sudão,

“[...] o presente e o futuro se superpunham, de tal modo que a saúde e a felicidade futuras de um homem dependiam de condições futuras consideradas como já existentes.” (WHITROW, 1993, p. 22). Para os Nuers, outro grupo sudanês, a consciência do tempo está em suas atividades sociais, pois não medem o tempo em horas ou minutos, concebem o tempo “apenas em termos de sucessões de atividades” (WHITROW, 1993, p. 22). Encontramos, ainda no texto de Whitrow (1993), os aborígenes australianos, ou mesmo entre os povos de Uganda, sociedades que não se deixam dominar pelo fator tempo, como nós ocidentais. Portanto, claro está que a concepção do tempo não é uníssona e muito menos universal.

Muitos pensadores, de acordo com Norbert Elias (1998), afirmam ser o tempo apenas uma forma de captação de uma série de acontecimentos, relevantes ou não, que são registrados pela consciência humana, precedendo qualquer experiência que, irreversíveis, permitem ao estudioso comparações indiretas entre os processos que estejam direta ou indiretamente relacionados. Segundo Elias (1998),

A expressão “tempo” remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua. Se as sequências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano. [...] a ideia de “tempo” a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outras imagens mnêmicas que dão lugar a uma experiência [...]. (ELIAS, 1998, p. 13).

Com uma tese de que o tempo não tem nada de natural, mas uma construção sociocultural, corroborando as ideias de Norbert Elias (1998), Koselleck (2006) afirma que a cada época estabelece-se uma relação entre passado e futuro e, ao citar Herder (1955), assegura que não há “[...] um único tempo histórico, mas sim [...] muitos, sobrepostos uns aos outros.” (KOSELLECK, 2006, p.14).

[...] não há duas coisas no mundo que tenham a mesma medida de tempo [...]. Pode-se afirmar, portanto, com certeza e também com alguma audácia, que há, no universo, a um mesmo e único tempo, um número incontável de outros tempos. (HERDER apud KOSELLECK, 2006, p. 14).

Nessa multiplicidade de concepções sobre o tempo e suas dimensões, o historiador pode contar com a História dos Conceitos de Koselleck, cujas categorias podem ajudá-lo a perceber “[...] que o futuro nunca é o resultado puro e simples do passado histórico [...] [e, também que] as experiências já adquiridas podem modificar com o tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 312).

## **O passado e o futuro em Reinhart Koselleck**

A História dos Conceitos, do historiador alemão, tem como hipótese que “[...] no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como o ‘tempo histórico’.” (KOSELLECK, 2006, p. 16). Nessa distinção, entre passado e futuro, encontra-se a tensão, existente no trabalho do historiador, que deve considerar a articulação linguística usada nas fontes e como eram absorvidos e significados os conceitos ali expostos pelos contemporâneos. Sem essa observação, o historiador poderá atribuir um significado atual a um conceito veiculado no passado e atestado em fontes documentais, desconsiderando as várias mutações e significações que esse sofreu ao longo do tempo, ou seja, é preciso analisar o passado de forma sincrônica e, ao mesmo tempo, analisando-o de forma diacrônica.

Na concepção historiográfica, tratada por Koselleck, encontramos uma nova perspectiva do presente já que para ele essa dimensão além de reconstruir o passado, a partir de questionamentos realizados no agora, pode também ressignificá-lo como futuro. A ideia de passado, para esse autor, é conceitualmente trabalhada como “espaço de experiência” e o futuro como “horizonte de expectativas”. Para esse estudioso, essas categorias (“espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”) “entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Numa tentativa de definir as categorias meta-históricas acima citadas, Koselleck (2006) considera a experiência como sendo os acontecimentos do passado que foram incorporados e que podem ser lembrados. Esse passado, que foi trabalhado racionalmente e transmitido a cada geração, desenvolveu nos indivíduos e instituições determinados comportamentos que presentificam o passado; seja pela memória (re)vivida nas suas permanências, seja pelas fontes históricas tratadas pelo historiador.

Se na experiência encontramos aspectos de cunho pessoal e interpessoal carregado de subjetividade compartilhados com toda a comunidade; na expectativa encontramos os mesmos aspectos, pois a esperança, o medo e a inquietude se referem a um elemento de projeção do amanhã, de transformações que trazem o futuro em expectativa para o presente, tal qual a experiência traz o passado para esse mesmo presente. Todavia,

Apesar de se relacionarem, não são conceitos simétricos complementares, que coordenem passado e futuro como se fossem imagens especulares recíprocas. Pelo contrário, experiência e expectativa possuem formas de ser diferentes. [...].

Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

**Em Rupturas entre o presente e o passado: leituras sobre as concepções de tempo**, de Koselleck e Hannah Arendt, José D’Assunção Barros (2010) nos propõe uma imagem que possibilita uma melhor compreensão dos conceitos elaborados por Koselleck. O “horizonte de expectativas” – futuro – é representado por uma linha reta horizontal e o “espaço de experiência” – passado – como um semicírculo.

O conhecimento construído por meio de memórias, comportamentos arraigados na e pela sociedade, seja por fontes ou vestígios, encontram-se no interior do semicírculo e o que não se pode conhecer do passado, seja por ter se perdido ou, ainda, por não o conhecer, está fora do espaço do semicírculo. Esse passado, uma vez conhecido, será absorvido pelo “espaço de experiência” e, assim, integrará o conhecimento da história que se encontra no interior do semicírculo. É fato que muito do que aconteceu no passado ficará ali mesmo, no espaço exterior ao semicírculo e, portanto, será incognoscível para todos.

O futuro, representado pela linha horizontal, tal qual como o horizonte natural, ainda que esteja ao alcance da visão de todos, nos é desconhecido naquilo que está para além das suas fronteiras e, por conseguinte, não se sabe o que ali se encontra, tendo apenas expectativas sobre o que se encontrará. A figura metafórica da linha do horizonte é significativa à medida que, nas palavras de Barros, “[...] sempre que nos aproximarmos do horizonte, ele recua, de modo que nunca deixará de persistir como uma linha além da qual paira o desconhecido, que logo se tornará conhecido porque se converterá em presente.” (BARROS, 2010, p. 72).

Mas, onde está o presente? Ora, a dimensão do presente se encontra exatamente no espaço comprimido entre o semicírculo e a linha do horizonte! Em outras palavras, o presente está entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”, portanto, alimenta-se do passado e, também, do futuro, da memória e da antecipação do devir.



Não obstante à representação imagética acima descrita, para Barros, continuando sua explicação, o fato das categorias não apresentarem simetria entre si; podem estabelecer relações, as mais variadas e diversas, tal como decorre com a própria História e, de acordo com as relações estabelecidas, os indivíduos podem desenvolver a sensação de que o tempo transcorre de forma lenta ou acelerada, em função das mudanças ocorridas no campo político, social, econômico ou tecnológico de uma dada sociedade.

No espaço comprimido onde se dá o presente encontramos o tempo histórico. E, segundo Koselleck, nesse intervalo há uma tensão entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” que permite a constituição de práticas e comportamentos que podem estender a linha imaginária retesando o elo entre o passado e o futuro constituindo, assim, outras historicidades.

Para Koselleck, a partir da Revolução Francesa e da Segunda Revolução Industrial, a relação entre as dimensões constituidoras do tempo – passado, presente e futuro – trouxe, por meio da ideia de progresso, certa aceleração do tempo que tornou o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” cada vez mais distantes. Cunhado por Kant, o conceito de progresso, que aponta para a condição de que o futuro deve ser melhor, é defendido pelo autor como sendo “[...] o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa.” (KOSELLECK, 2006, p. 320).

Logo, nesse ambiente de sensação de aceleração do tempo, concebe-se a ideia de modernidade, ou seja, depois que experiência e expectativa se distanciaram, observa-se a mutação do tempo histórico que, por meio de neologismos, muitas vezes apenas com o acréscimo do sufixo “ismo” – desenvolvidos pelos contemporâneos dos Oitocentos – trazem em sua etimologia a ideia de futuro, de movimento, de transformação, portanto de esperança no amanhã.

Dessa maneira, a modernidade, segundo Koselleck, trouxe a possibilidade de um futuro diferente da experiência do passado, já que traz em si a ideia de progresso, alterando sobremaneira as dimensões do tempo. E, a escrita da História, nesse entendimento, passa a ser, considerando o tratamento dado pelo historiador aos vestígios encontrados, possibilidades de “espaços de experiência”, vez que poderá articular fatos e conceitos que ainda não foram relacionados pelas fontes/vestígios documentais.

É neste sentido que buscamos vestígios em documentos que nos leve a conhecer e compreender o uso de significados de conceitos políticos na sociedade capixaba dos Oitocentos, dando-nos uma clarificação da instalação do poder no cotidiano dos indivíduos no vale dos rios Iconha/Piúma, região sul do estado do Espírito Santo. Conhecer os conflitos e tensões ali instalados nos possibilita vislumbrar as permanências, as mudanças e o horizonte de expectativas que interferiram na vida material de uma das proeminentes figuras empreendedoras daquela região, Thomaz Dutton Junior. Para tanto, ainda que sucintamente, colocaremos em cena a província do Espírito Santo e a região do vale dos rios Iconha/Piúma nos aspectos sociopolíticos e econômicos.

### **O “horizonte de expectativas” na província do Espírito Santo**

[...] proponho-me á descrever a situação da provincia em relação á sua riqueza; encarando-a, quanto ao passado, presente, e futuro. [...]

Dotada de um bello clima, que nada tem a invejarem condições de salubridade, com seu terreno rico de uberidade, o apropriado a todas as culturas, com uma vantajosa hidrographia, com portos abrigados, espaçosos, e seguros, como o da capital, e outros de menor importancia; por que tem sido tão lento, e acanhado o progresso desta província?

Pedro Leão Velloso  
Presidente da Província do Espírito Santo  
Relatório de 25 de maio de 1859

A historiografia tradicional brasileira é profícua em apontar que a capitania e, posteriormente, a província do Espírito Santo era uma região pobre, com produção inexpressiva e com densas áreas despovoadas. No entanto, mesmo não apresentando uma colonização “pacífica”, devido à forte presença de grupos indígenas hostis, há evidências documentais de certo desenvolvimento econômico ainda no século XVI.

No decorrer do século XVII, várias crises econômicas abateram a capitania, chegando ao seu auge de empobrecimento nos anos iniciais do XVIII. A necessidade de transformação daquela situação levou Silva Pontes, governador da capitania durante os anos de 1800 a 1804, a desenvolver projetos de desenvolvimento econômico para a região, solicitando ao governo imperial a abertura da navegação e comércio através do rio Doce.

A partir da segunda metade dos Oitocentos, a província do Espírito Santo retomou a exportação de seus produtos, sobretudo a madeira de lei, o açúcar e tecidos de algodão. Em outros termos, o restabelecimento das exportações de seus produtos na virada do XVIII para o XIX desenvolveu na sociedade capixaba, retomando a categoria de Koselleck, um “horizonte de expectativas” que projetava a possibilidade de transformações no futuro.

Transformada em província com uma situação econômico-financeira frágil e com vastas áreas com baixa densidade demográfica, não é difícil encontrarmos documentos oficiais e relatos de viajantes fazendo alusão à pobreza do Espírito Santo. No entanto, após a promulgação da Lei de Terras<sup>1</sup>, e seu respectivo regulamento de 1854 (Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854), encontramos no relatório presidencial de Sebastião Machado Nunes, no ano de 1854, uma expectativa de transformação da, ainda frágil, economia capixaba.

Sob o título de “Colonização”, o presidente, nesse documento, relata aos seus pares da Assembleia Legislativa o seguinte:

Depois do estabelecimento da colonia de Santa Izabel em 1847, nada de novo se tem tentado na província à respeito de colonisação. Entretanto muito temos á esperar da **novíssima** lei de 18 de setembro de 1850, para cuja execução acaba o governo imperial de publicar o regulamento de 30 de janeiro do corrente anno.

O systema, até hoje seguido, de promover directamente a colonisação estrangeira, não tem tido os melhores resultados: pelo menos não os tem tido correspondentes aos sacrificios que ella tem custado aos cofres nacionaes. O

---

<sup>1</sup> As mudanças no plano econômico no decorrer dos Oitocentos alteraram as relações dos homens com a terra. A expansão do Capitalismo e a necessidade de maiores áreas para o cultivo agrícola com finalidades comerciais – no caso brasileiro, o plantio do café – fez com que, atentos às mudanças ocorridas no interior do sistema, os políticos brasileiros, ao promulgarem a Lei 601 de 1850 mudassem a concepção simbólica da terra e a transformassem em um bem comercializável. Em seu primeiro artigo, a lei já estabelecia que as aquisições de terras devolutas somente se dariam por meio de compra tanto para os nacionais como para os estrangeiros. Não obstante a essa mudança do *status* da terra e aos longos debates parlamentares – sobre se essa política deveria proporcionar a formação de núcleos de pequenos proprietários ou atender à imigração para fornecimento de mão de obra para os cafezais – para a província do Espírito Santo “[...] os objetivos dessa política eram, sobretudoos demográficos.” (COSTA, 1999, p. 195).

systema adoptado pela dita lei e regulamento é diverso: consiste na venda das terras em pequenos lotes para ficarem ao alcance da maior parte das pessoas, que a pretendão.

**Cultivando esses pequenos lotes os nossos fazendeiros e mesmo aqueles que não o forem, encontrarão um meio seguro de lucro na venda d'elles; e então o colono estrangeiro, atrahido pela facilidade de obter um estabelecimento já meio formado por commodo preço não deixará de buscar o nosso paiz.** (ESPÍRITO SANTO..., 1854, p. 34; 35 – grifos nossos).<sup>2</sup>

Podemos observar que o discurso realizado pelo presidente tem certa intencionalidade em relação aos seus ouvintes, pois, ao enunciá-lo buscou ressignificar o presente criando uma expectativa de um futuro carregado de subjetividade e, compartilhou com seu auditório, uma possibilidade de mudança e de transformação da situação até então vivida. A terra, considerada símbolo de riqueza, passa a ser um bem comercializável, portanto aquele que dela pudesse fazer uso para tal intento lucraria vendendo, a preços módicos, pequenos lotes para que imigrantes nacionais ou estrangeiros pudessem viver da terra e, assim, aumentar as rendas da província. Esse enunciado de Machado Nunes funcionou como uma força cuja eficácia talvez não tenha sido “menos real do que o efeito das experiências elaboradas, uma vez que as expectativas produziram novas possibilidades” para o futuro (KOSELLECK, 2006, p. 314).

Essa possibilidade colocava o futuro mais perto do presente, muito embora não houvesse conhecimento do que estava além do horizonte, a simples ideia colocava em “prática” os desejos de Silva Pontes. Isto é, considerando que a província para se desenvolver precisava atrair mais moradores para aumentar sua produção, com a *novíssima* lei, a província teria muito a ganhar já que poderia garantir certo progresso econômico e social.

Com o advento da expansão da cafeicultura e, devido à proximidade com o Vale do Paraíba e com a Zona da Mata Mineira, o movimento de fluminenses e mineiros em direção ao sul da província promoveu um distanciamento menor do “horizonte de expectativas” criado por Francisco Alberto Rubim, reforçado por Machado Nunes. Tais eventos fizeram com que os governantes posteriores lançassem mão dos dispositivos da

---

<sup>2</sup> ESPÍRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes, à Assembléa Legislativa Provincial, em 25 de maio de 1854. Typ. Capitaniense de P. A. D'Azeredo, Victória, 1854.

Lei de Terras para facilitarem a compra de terras devolutas<sup>3</sup> para criação de colônias e cultivo do café.

Assim, para por em prática a legislação de terras, surgiram as colônias de Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). “Em 1855 é criada a colônia de Rio Novo, de caráter privado, que foi encampada pelo governo imperial, em 1861” (CAPRINI, 2006). Fundada pelo Major Caetano Dias da Silva, politicamente ligado ao Cel. João Nepomuceno Gomes Bittencourt, líder do partido Conservador na Vila de Itapemirim, a colônia de Rio Novo abrangia cinco territórios e estava próxima às vilas de Itapemirim e Benevente e à povoação de Piúma, vilarejo que pertencia a Benevente.

Dessa forma, diante do alegado cenário de pobreza propalado pelos relatórios dos presidentes, a região sul da província, em relação ao seu restante, era relativamente bem povoada, pois, segundo o Relatório do Presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros à Assembleia Provincial referente ao ano 1857, a população nos distritos de Guarapari, Benevente (atual Anchieta), Piúma, Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim e Itabapoana era de 15.716 habitantes, correspondendo, diante do montante de toda província, a 32,13%.

Somente no vilarejo de Piúma residiam, de acordo com o mesmo relatório, 1.127 habitantes sendo 994 livres e, 133 escravos, portanto, um percentual de 2,30% de toda a população distribuída na província. Desde 1847, segundo o Relatório do Presidente Coutto Ferraz, datado de 23 de maio do mesmo ano, a povoação de Piúma possuía: cultura do café, da mandioca, do algodão e ainda havia a extração de madeira. Nota-se que aquele vilarejo destacava-se diante do cenário provincial.

No vilarejo de Piúma, rio acima, encontra-se o interior do vale do rio Iconha que, segundo Caprini (2007), não possuía colonos, tendo registro apenas de presença indígena e de exploradores de madeira que não se fixaram no local, além do estabelecimento da Rodocanachi & Cia, empresa de capital inglês, que extraía madeira no alto rio Iconha e a enviava para o Rio de Janeiro pelo porto do vilarejo de Piúma, e de lá seguia para a Inglaterra.

---

<sup>3</sup> De acordo com Cavalcante (2005), terras devolutas eram todas e quaisquer terras que não estavam sob o poder público ou que não pertenciam a nenhum particular. De acordo com o autor, durante o período colonial, uma terra era considerada devoluta quando aquele que recebia um torrão de terra não cuidava dessa. Esse não cuidado com a terra cedida levava à sua devolução à Coroa, assim tornava-se terra devoluta. No entanto, com o passar do tempo, o termo “terra devoluta” acabou sendo sinônimo de terra sem dono. E, “[...] esses dois significados são confundidos na lei [601 de 1850], pois todas as terras não ocupadas ou não cultivadas (condição do concessionário) deveriam ser tratadas como terras devolutas e, portanto, pertencentes ao patrimônio nacional.” (CAVALCANTE, 2005, p. 5).

Por ocasião da instalação do referido estabelecimento agrícola, comercial e industrial de propriedade de João Baptista Rodocanachi, era possível delinear o horizonte de expectativas que Silva Pontes, Francisco Alberto Rubim e Sebastião Machado Nunes projetaram para a província do Espírito Santo, pois estava sendo povoada e um estabelecimento industrial ali se fixava. O relatório presidencial de Pedro Leão Veloso relativo ao ano de 1859 dá mostras de transformação, além de nos apresentar vestígios que naquela região já havia uma prática de poder assimétrico “[...] organizando seu próprio e autônomo escol dirigente.” (FAORO, 1958, p.179). Vejamos o que nos diz o relatório de Pedro Leão Velloso:

Tendo por noticia que em Piuma se assentavão bases de um estabelecimento agricola, commercial e industrial, no qual se empregavão braços europeus, sollicitei do respectivo director, que d’elle me desse exactas imformações.

**Á vista d’ellas é juiso meu, que, a ter effeito todo o plano d’esse estabelecimento, delle não tem a província a tirar, senão muita utilidade.**

É, seo empresario o rico negociante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro João Baptista Rodocanachi queo está fundando para a lavoura do café, serraria de madeira, trapiche e casa commercial.

Por ora os braços occupados no estabelecimento se empregão na lavoura de cereaes, abertura, e plantação de grandes pastagens, conclusão da casa de morada provisória, assim como em montar uma machina movida a agua para serrar e aplainar madeiras, despolpar e soccar café, ralar mandioca, moer milho, e soccar e descascar arroz; na abertura de uma estrada para o porto de Piuma, e na edificação de um trapiche na barra.

Nesse serviço, e em cortar e tirar madeiras emprega o estabelecimento 20 colonos entre officiaes, e trabalhadores, 5 carpinteiros á salário, um ferreiro 1 maquinista, e 31 escravos falquejadores e derrubadores.

Em relação ao commercio pretende o empresario e proprietario do estabelecimento, montar uma casa, que importando directamente da Europa fazendas, as venda, aqui, ao preço corrente no mercado do Rio de Janeiro.

**O estabelecimento Rodocanachi pois, que promette prosperar pela fertilidade do sòlo, em que está situado, condições sanitarias do lugar, seo clima, abundancia de águas, e por estar no centro de importantes povoados, é digno da protecção da authority: disposto a promover, apoiar, e proteger a todas as empresas, de que possa vir utilidade a província, saberei por minha parte ser enérgico e decidido em amparar, a de que trato, para que possa superar obstáculos, que pequeninos interesses, segundo me consta, lhe tem procurado oppor.**

Já se achava escripto este topico, quando recebi communicação do director da colonia – Rio Novo – **mostrando-se muito animado sobre o futuro d’ella, mediante a protecção do governo imperial**, por cujo impulso se vai entrar em trabalho de derrubadas, e edificação de casas provisórias para habitação dos colonos, e se esperão meios para a desobstrução do Rio Novo, e abertura de uma estrada, cousas muito interessantes ao incremento do estabelecimento. (ESPÍRITO SANTO, 1859, p. 43; 44 – grifos nossos).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> ESPÍRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Velloso, à Assembléa Legislativa Provincial, em 25 de maio de 1859. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D’Azeredo, Victória, 1859.

Ao analisarmos o discurso de Leão Velloso, observamos que ele o inicia dizendo que teve **por notícia** a instalação do estabelecimento e, ao final, recebe a comunicação do diretor da Colônia de Rio Novo que, mediante a **proteção imperial**, aquele empreendimento receberia os incentivos necessários ao seu progresso. Em outras palavras, quando escreveu o relatório não tinha nada para embasar suas afirmações e, ao receber a comunicação do diretor da Colônia de Rio Novo, parte de suas expectativas se concretizavam convencendo seus pares de que a mudança e o progresso da província não mais se tardavam.

Ao proferir tal enunciado é possível “ouvir” outros sentidos que estavam presentes no relatório naquele momento, pois quando diz que seria enérgico e ampararia o empreendimento para superar qualquer obstáculo que se opusesse a Rodocanachi, encontramos indícios de que nem todos partilhavam da ideia do sucesso do empreendimento.

O fato é que pouco tempo depois, João Baptista Rodocanachi liquidou todos os seus bens e, segundo informações de jornais da época, o comprador foi provavelmente Thomaz Dutton Junior, um inglês, que, de acordo com Adalgiso Simão (1991), se fixou em Piúma por volta de 1860 e, em seu interior (atual município de Iconha), estabeleceu uma colônia de ingleses. De acordo com o memorialista, Dutton pretendia transformar Iconha em uma “Nova Manchester” e Piúma em uma “Nova Londres”. Desse modo, tudo nos leva a crer que os planos de Dutton era tornar o alto rio Iconha em um polo produtor e, sua foz no vilarejo de Piúma, um centro exportador. Podemos notar que as expectativas dos antigos presidentes de província, especialmente de Francisco Alberto Rubim, que tomou várias medidas para florescer aquele quinhão de terra, estavam tomando forma e conteúdo.

### **Considerações finais**

Finalizando, verifica-se que, a partir dos relatórios dos presidentes da província com discursos carregados de subjetividade que contagiava a todos e permitiam a visualização de um futuro, cheio de esperanças e expectativas de melhoria da situação econômica e social da província, pouco ou nada podiam fazer. Como em todo o império, a situação dos presidentes de província era bastante parecida. Sem um quadro de políticos gabaritados para governar, era comum que o governo central indicasse pessoas que administraram várias províncias e exerciam a legislatura

concomitantemente. Todos possuíam um tempo de mandato inferior a dois anos e, na província do Espírito Santo, a média de governança era de 14 a 16 meses a partir da data de nomeação, mas não do governo efetivo, já que o deslocamento de uma província a outra poderia levar até dois meses.

Somado ao pequeno período de administração, muitos presidentes não conheciam as necessidades das províncias que iriam governar. Se a Assembleia Legislativa fosse do seu próprio partido teria garantido uma verba para administrar e sanar os problemas imediatos. Se os deputados fossem do partido de oposição, o presidente seria apenas uma figura ilustrativa, pois além de não ter conhecimento da província, não teria tempo para conhecê-la e, ainda, não teria dinheiro. Diante disso, podemos dizer que, politicamente, não haveria muito o que fazer para mudar o cenário da província capixaba.

Mediante aos excertos citados ao longo do texto é possível verificar que a cada época houve um “horizonte de expectativas” delineado para a província do Espírito Santo que, desde anos iniciais do XIX, nos governos de Silva Pontes, Tovar e Albuquerque e Francisco Rubim buscava-se a melhoria da economia da província e, especialmente o último que engendrou vários esforços para melhoria da sua região sul.

Contudo, como já dito, parece-nos que nem todos compartilhavam da “euforia” de alguns presidentes. A entrada em cena de Thomaz Dutton corroborava a intenção de Francisco Alberto Rubim em tornar o sul capixaba em um polo produtor, tornando-o a realização de um futuro esperado. No entanto, pelo levantamento de fontes até o momento realizado, deduzimos que a prática do poder instalada na região levou não somente João Baptista Rodocanachi a vender seus imóveis como, anos depois, a derrocada de Dutton que, após se esforçar muito pelo desenvolvimento de Piúma, envolveu-se em diversos conflitos e querelas judiciais que o forçaram a entregar suas terras ao Cel. José da Costa Beiriz, um dos “senhores locais”, para efetuar o pagamento de muitas dívidas.

Nesse contexto, há ainda várias questões a responder: O que Velloso pretendia dizer quando enfatizou que havia **interesses pequeninos** que poderiam causar obstáculos à Rodocanachi? Tais obstáculos foram transferidos para a figura de Dutton? Essas questões somente poderão ser respondidas com uma análise mais profunda, utilizando outras ferramentas. Todavia, é importante detectar as forças que garantiram a permanência de práticas de poder de forma assimétrica buscando capturar as memórias

de Dutton que ainda se encontram fora do “espaço de experiência”, introduzindo-as no interior do semicírculo da história capixaba.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

ESPIRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, à Assembléa Legislativa Provincial, em 23 de maio de 1847. Typ. Do Diario, de N. L. Vianna, Rio de Janeiro, 1848. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 09 Out. 2013.

ESPIRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, Sebastião Machado Nunes, à Assembléa Legislativa Provincial, em 25 de maio de 1854. Typ. Capitaniense de P. A. D’Azeredo, Victória, 1854. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

ESPIRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da província ao Exmo Snr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim à Assembléa Legislativa Provincial, em 13 de fevereiro de 1857. Typ. Capitaniense de P. A. D’Azeredo, Victória, 1857. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

ESPIRITO SANTO. **Assembleia Legislativa Provincial**. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, Pedro Leão Velloso, à Assembléa Legislativa Provincial, em 25 de maio de 1859. Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D’Azeredo, Victória, 1859. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

### Fontes secundárias

BARROS, José D’Assunção. Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 2, n. 2, p. 68-88, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PF/article/viewFile/2374/2841>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **O comércio como propulsor do poder político em Iconha: o Coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 1-7, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**. 7. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. Cap. 4.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FAORO, Raymundo. Reação centralizadora e monárquica. In: FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006. Original em alemão.

LE GOFF, Jacques. Passado/presente. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 2, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1984. p. 293-310

SIMÃO, Idalgiso. **História de uma colonização: Piúma e Iconha**. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim, ES: Frangraf, 1991.

WHITROW, Gerald J. **O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.